



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

INDICAÇÃO
Nº 419/2009

ENCAMINHE-SE AO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL
Sala das Sessões 29/JUN 2009
Natal Ruelo
PRESIDENTE

Considerando que atendendo a disposições constitucionais o Congresso aprovou a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006;

Considerando que referida Lei Federal também chamada de “Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas” trouxe tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando que um dos principais aspectos da Lei se refere a apuração e recolhimento de impostos e contribuições da Administração Pública, mediante regime único de arrecadação, acesso do crédito, redução da burocracia, maior acesso e participação em licitações;

Considerando que há impostos e atos atinentes à competência Municipal e por isso se faz necessária a aprovação de uma Lei Municipal sobre o assunto;

Considerando que Município tem previsão para o tratamento diferenciado e mais benéfico à micro e pequena empresa, contudo faz necessário maior enfrentamento ao assunto;

Considerando que consoante listagem anexa, apresentada no endereço eletrônico do SEBRAE, muitos foram os Municípios que aprovaram Lei Geral Municipal das Micro e Pequenas Empresas, regulamentando, em âmbito Municipal, os ditames da Lei Complementar 123/2006;

Considerando a preocupação deste Vereador em fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, bem assim, contribuir à atual Gestão Municipal que tanto progresso tem trazido à Pirassununga.

Nestas condições, **INDICO** ao Senhor Prefeito Municipal, pelos meios regimentais, estude a possibilidade de se enviar a esta Casa, Projeto para criação de uma Lei Geral Municipal das Micro e Pequenas Empresas, consoante sugestão apresentada pelo SEBRAE/SP.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2009.

Leonardo F. Sampaio de Souza Filho
Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho
Vereador

LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

SE É PELA PEQUENA EMPRESA É PELO BRASIL



> Página Inicial > Materiais Publicados > Legislações


MATERIAIS PUBLICADOS

Legislações:

Régulamentação da Lei Geral da MPE no âmbito Municipal – LC 123/2006

- Prefeitura Municipal de Ourinhos
- Prefeitura Municipal de Itapira
- Prefeitura Municipal de Colina
- Prefeitura Municipal de Altinópolis
- Prefeitura Municipal de Ouro Verde
- Prefeitura Municipal de Salto Grande
- Prefeitura Municipal de Tarabai
- Prefeitura Municipal de Taquarituba
- Prefeitura Municipal de Flórida Paulista
- Prefeitura Municipal de Narandiba
- Prefeitura Municipal de Itapeva
- Prefeitura Municipal de Capão Bonito
- Prefeitura Municipal de São José dos Campos
- Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
- Prefeitura Municipal de Tambaú
- Prefeitura Municipal de Angatuba
- Prefeitura Municipal de Bragança Paulista
- Prefeitura Municipal de Rancharia
- Prefeitura Municipal de Barretos
- Prefeitura Municipal de Americana
- Prefeitura Municipal de Birigüi
- Prefeitura Municipal de Rafard
- Prefeitura Municipal de Regente Feijó
- Prefeitura Municipal de Campos do Jordão
- Prefeitura Municipal de Porto Feliz
- Prefeitura Municipal de Taubaté

- Prefeitura Municipal de Pompéia
- Prefeitura Municipal de Tupã
- Prefeitura Municipal de Martinópolis
- Prefeitura Municipal de Taciba
- Prefeitura Municipal de Salesópolis
- Prefeitura Municipal de Guarani D'Oeste
- Prefeitura Municipal de Miguelópolis
- Prefeitura Municipal de São Sebastião da Gramma
- Prefeitura Municipal de Monte Mor
- Prefeitura Municipal de Itu
- Prefeitura Municipal de Lins
- Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio
- Prefeitura Municipal de Itararé
- Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul
- Prefeitura Municipal de Taquarivaí
- Prefeitura Municipal de Jaboticabal
- Prefeitura Municipal de Novo Horizonte
- Prefeitura Municipal de Presidente Prudente

Para visualizar o documento em Acrobat 

Se você tem o Acrobat Reader instalado em seu computador, clique no link para visualizar. Caso você não tenha o Acrobat Reader faça o **download** do programa

COPIA DESTA LISTA DE PREFEITURAS É PROIBIDA A REPRODUÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO SEM A AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

O Código Civil de 2002 menciona em seu artigo 970 que a lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes. No artigo 1.179, o citado código dispõe que o empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico, porém, é dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário.

Atendendo as disposições constitucionais previstas nos artigos 170, IX; 179 e 146, III, d, em 14 de dezembro de 2006 foi sancionada a Lei Complementar nº 123, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere: I – à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias; II – ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias; III – ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão. A lei em questão no seu artigo 68 trata da figura do pequeno empresário, assim disposto: “*Considera-se pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00*”. Portanto, o pequeno empresário previsto no Código Civil de 2002 é aquele que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00.

Cumprе ressaltar que a Lei Complementar nº 128 de 2008, alterou a Lei Complementar nº 123 de 2006, dentre as alterações promovidas criou o Microempendedor Individual – MEI, assim considerado: “*É o empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00, optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista na norma legal. No caso de início de atividades, o limite será de R\$ 3.000,00, multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário consideradas as frações de meses como um mês inteiro*”. Isto posto, pode-se afirmar que o pequeno empresário, agora está definido como microempendedor individual, também chamado MEI.

Deve-se ficar atento, pois, conforme se verifica é necessária a opção pelo Simples Nacional, e neste caso o MEI poderá exercer a opção pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês. Vale frisar que na vigência da opção pela sistemática de recolhimento, não se aplica o disposto no § 18 do art. 18 da Lei Complementar nº 123 de 2006: “*Art. 18 (...). § 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, poderão estabelecer, na forma definida pelo Comitê Gestor, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por microempresa que aufera receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário*”. Bem como, não se aplica a redução prevista no § 20 do art. 18 da referida Lei Complementar ou qualquer dedução na base de cálculo: “*Art. 18 (...). § 20. Na hipótese em que o Estado, o Município ou o Distrito Federal concedam isenção ou redução do ICMS ou do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda determine recolhimento de valor fixo para esses tributos, na forma do § 18 deste artigo, será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, na forma definida em resolução do Comitê Gestor*”.

Outro aspecto relativo ao MEI é que não se aplicam as isenções específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte concedidas pelo Estado, Município ou Distrito Federal a partir de 1º de julho de 2007 que abrangem integralmente a faixa de receita bruta anual de até R\$ 36.000,00.

Conforme já mencionado anteriormente a opção pelo enquadramento como Microempreendedor Individual, este recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas:

- 205165
- a) R\$ 45,65 (quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), a título da contribuição para a previdência social;
 - b) R\$ 1,00 (um real), a título do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, caso seja contribuinte; e
 - c) R\$ 5,00 (cinco reais), a título do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, caso seja contribuinte.

De acordo com as disposições legais não poderá optar pela sistemática de recolhimento aqui tratado o MEI, portanto, fique atento:

I – cuja atividade seja tributada pelos Anexos IV ou V desta Lei Complementar, salvo autorização relativa a exercício de atividade isolada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor;

II – que possua mais de um estabelecimento;

III – que participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador; ou

IV – que contrate empregado.

*(pode) * + com uma receita bruta (3.000 pl mês) difícilmente vai conseguir contratar um funcionário*

Também, cumpre ressaltar que a opção dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, observando-se que:

I – será irretratável para todo o ano-calendário;

II – deverá ser realizada no início do ano-calendário, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, ressalvado o disposto no item III;

III – produzirá efeitos a partir da data do início de atividade desde que exercida nos termos, prazo e condições a serem estabelecidos em ato do Comitê Gestor a que se refere o caput deste parágrafo.

Quanto ao desenquadramento, o mesmo será realizado de ofício ou mediante comunicação do MEI, sendo que, o desenquadramento mediante comunicação do MEI à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB dar-se-á:

I – por opção, que deverá ser efetuada no início do ano-calendário, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano-calendário da comunicação;

II – obrigatoriamente, quando o MEI incorrer em alguma das seguintes situações: I – cuja atividade seja tributada pelos Anexos IV ou V desta Lei Complementar, salvo autorização relativa a exercício de atividade isolada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor; II – que possua mais de um estabelecimento; III – que participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador; ou IV – que contrate empregado. A comunicação será efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, produzindo efeitos a partir do mês subsequente ao da ocorrência da situação impeditiva;

III – obrigatoriamente, quando o MEI exceder, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no § 1º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrido o excesso, produzindo efeitos:

- a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);*

b) retroativamente a 1º de janeiro do ano-calendário da ocorrência do excesso, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento).

IV – obrigatoriamente, quando o MEI exceder o limite de receita bruta previsto no § 2º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu o excesso, produzindo efeitos:

- a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);
- b) retroativamente ao início de atividade, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento).

O desenquadramento de ofício dar-se-á quando verificada a falta de comunicação acima mencionada. O Empresário Individual desenquadrado passará a recolher os tributos devidos pela regra geral do Simples Nacional a partir da data de início dos efeitos do desenquadramento, ressalvado as seguintes hipóteses: a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento); b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento). O MEI deverá recolher a diferença, sem acréscimos, em parcela única, juntamente com a da apuração do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do excesso, na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor.

Atente-se que nos termos da legislação vigente desde que atendido as exigências legais, admite-se o enquadramento como MEI o empresário individual que possua um único empregado que receba exclusivamente I (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional. Na hipótese referida o MEI:

I – deverá reter e recolher a contribuição previdenciária relativa ao segurado a seu serviço na forma da lei, observados prazo e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II – fica obrigado a prestar informações relativas ao segurado a seu serviço, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor;

III – está sujeito ao recolhimento da contribuição patronal previdenciária calculada à alíquota de 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição previsto no caput.

Quanto às obrigações acessórias a Lei Complementar nº 123 de 2006 determina que os empreendedores individuais com receita bruta acumulada no ano de até R\$ 36.000,00:

I – poderão optar por fornecer nota fiscal avulsa obtida nas Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II – farão a comprovação da receita bruta, mediante apresentação do registro de vendas independentemente de documento fiscal de venda ou prestação de serviço, ou escrituração simplificada das receitas, conforme instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

III – ficam dispensados da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do caput deste artigo caso requeiram nota fiscal gratuita na Secretaria de Fazenda municipal ou adotem formulário de escrituração simplificada das receitas nos municípios que não utilizem o sistema de nota fiscal gratuita, conforme instruções expedidas pelo Comitê Gestor.

O Comitê Gestor do Simples Nacional na Resolução nº 10 de 2007, em seu artigo 7º, com a redação dada pela Resolução nº 53 de 2008, esclarece que o empreendedor individual, assim entendido como o empresário individual a que se refere o artigo 966 do Código Civil de 2002 com receita bruta acumulada no ano de até R\$ 36.000,00:

I - fará a comprovação da receita bruta, mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços de que trata o Anexo Único¹ da Resolução citada;

II - ficará dispensado da emissão do documento fiscal previsto no art. 2º, ressalvadas as hipóteses de emissão obrigatória previstas no inciso II do § 2º.

Nas hipóteses acima, o microempreendedor observará:

I - deverão ser anexados ao registro de vendas ou de prestação de serviços os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período, bem como os documentos fiscais relativos às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidos;

II - será obrigatória a emissão de documento fiscal nas vendas e nas prestações de serviços realizadas pelo empreendedor individual para destinatário cadastrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ficando dispensado desta emissão para o consumidor final pessoa física." (NR)

Segundo a Resolução CGSN nº 10 de 2007, em seu artigo 3º, o empreendedor individual acima referido fica dispensado das obrigações:

"Art. 3º As ME e as EPP optantes pelo Simples Nacional deverão adotar para os registros e controles das operações e prestações por elas realizadas:

I - Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira e bancária;

II - Livro Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário, quando contribuinte do ICMS;

III - Livro Registro de Entradas, modelo 1 ou 1-A, destinado à escrituração dos documentos fiscais relativos às entradas de mercadorias ou bens e às aquisições de serviços de transporte e de comunicação efetuadas a qualquer título pelo estabelecimento, quando contribuinte do ICMS;

IV - Livro Registro dos Serviços Prestados, destinado ao registro dos documentos fiscais relativos aos serviços prestados sujeitos ao ISS, quando contribuinte do ISS;

V - Livro Registro de Serviços Tomados, destinado ao registro dos documentos fiscais relativos aos serviços tomados sujeitos ao ISS;

VI - Livro de Registro de Entrada e Saída de Selo de Controle, caso exigível pela legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

§ 1º Os livros discriminados neste artigo poderão ser dispensados, no todo ou em parte, pelo ente tributante da circunscrição fiscal do estabelecimento do contribuinte, respeitados os limites de suas respectivas competências.

§ 2º Além dos livros previstos no caput, serão utilizados:

I - Livro Registro de Impressão de Documentos Fiscais, pelo estabelecimento gráfico para registro dos impressos que confeccionar para terceiros ou para uso próprio;

II - Livros específicos pelos contribuintes que comercializem combustíveis;

III - Livro Registro de Veículos, por todas as pessoas que interfiram habitualmente no processo de intermediação de veículos, inclusive como simples depositários ou expositores.

§ 3º A apresentação da escrituração contábil, em especial do Livro Diário e do Livro Razão, dispensa a apresentação do Livro Caixa. (Incluído pela Resolução CGSN nº 28, de 21 de janeiro de 2008)"

5

5

Fundamento legal: Lei Complementar nº 123 de 2006 (alterada pela Lei Complementar nº 128 de 2008)

Claudio Roberto Vallim
Consultor Jurídico
Orientação Empresarial
SEBRAE-SP

Janeiro de 2009

¹ Anexo Único da Resolução CGSN nº 10, de 28 de junho de 2007.

RELATÓRIO MENSAL DAS RECEITAS BRUTAS

CNPJ:

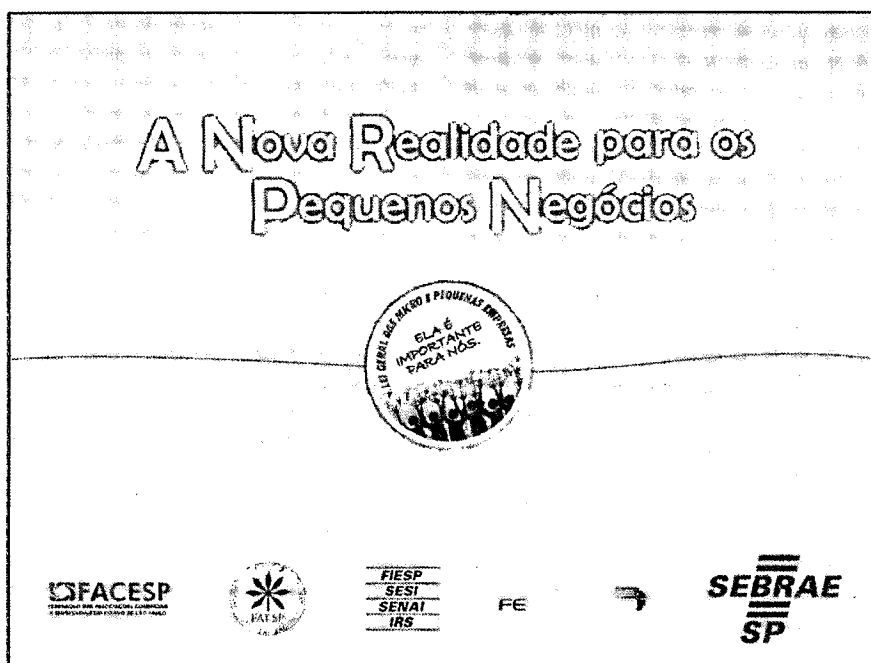
Empreendedor individual:

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

Fórum a Nova Realidade para os Pequenos Negócios
Proposta para Anteprojeto de

Lei Geral Municipal

Para as Micro e Pequenas Empresas



Rev 5/Final

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

Por que uma Lei Geral Municipal?

Para regulamentar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LC n. 123, de 14/12/2006) e para criar novos programas de melhoria do ambiente empreendedor no Município.

A Lei Geral cria várias possibilidades para o fortalecimento dos pequenos negócios, reduzindo consideravelmente a burocracia para abertura, funcionamento e encerramento de uma pequena empresa, equacionando a tributação de forma que permita uma carga tributária mais justa, abrindo novos mercados, estimulando a inovação e o associativismo para torná-los competitivos.

Porque é no município que a empresa está instalada, e onde ela gera empregos, renda e oportunidades para o desenvolvimento dos cidadãos.

Quem elaborou esta proposta?

Esta proposta foi elaborada por técnicos, especialistas de mais de 40 entidades relacionadas no final deste documento.

Como sugerir, criticar e melhorar?

Envie seus comentários para os representantes das entidades relacionadas adiante ou ao Sebrae-SP – A/C de Silverio Crestana – e-mail: leigeralmunicipal@sebraesp.com.br

E participe do **Fórum a Nova Realidade para os Pequenos Negócios**, uma campanha pela melhoria do ambiente empreendedor e pela regulamentação da Lei Geral das MPes. O Fórum acontece: (Consulte horário, local e programa no site www.sebraesp.com.br).

Revisão	Datas	Município/Região	Alterações
Rev. 0	23/mar	Ribeirão Preto – Realizado	
Rev. 1	30/mar	Presidente Prudente – Realizado	Caps. 1,3,4,5,8,10 e 14.
Rev. 2	13/abr	S. J. dos Campos – Realizado	Caps. 3, 10, 14.
Rev. 3	20/abr	Bauru – Realizado	Caps. 3 e 13
Rev. 4	27/abr	Sorocaba – Realizado	Caps. 4 e 13
Rev. 4	04/mai	Baixada Santista – Realizado	
Rev. 5/final	11/mai	S. J. Rio Preto – Realizado	Caps. 1,3,4,5,6,11,12,13,14
Rev. 5/final	18/mai	Campinas	
	21/mai	Franca	
	25/mai	São Paulo	

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

Índice

Capítulo 1 – Disposições Preliminares	04
Capítulo 2 – Definição de Pequeno Empresário, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	05
Capítulo 3 – Da inscrição e Baixa	06
Capítulo 4 – Dos Tributos e Contribuições	09
Capítulo 5 – Do Acesso aos Mercados	10
Capítulo 6 – Das Relações do Trabalho.....	15
Capítulo 7 – Da Fiscalização Orientadora	17
Capítulo 8 – Do Associativismo	17
Capítulo 9 – Do Estímulo ao Crédito e à Capitalização	19
Capítulo 10 – Do Estímulo à Inovação	21
Capítulo 11 – Do Acesso à Justiça	30
Capítulo 12 – Da Agropecuária e dos Pequenos Produtores Rurais.....	31
Capítulo 13 – Da Educação Empreendedora e do Acesso à Informação.....	32
Capítulo 14 – Da Responsabilidade Social	35
Entidades e Participantes.....	38

Capítulo 1 – Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais conferindo tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme legalmente definidas, no âmbito do município, em especial ao que se refere:

- I – aos benefícios fiscais dispensados às micro e pequenas empresas;
- II – à preferência nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público;
- III – à inovação tecnologia e à educação empreendedora;
- IV – ao associativismo e às regras de inclusão;
- V – a incentivo à geração de empregos;
- VI – a incentivo à formalização de empreendimentos.

Art. 2º O tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 1º desta Lei Complementar será gerido pelas instâncias a seguir especificadas:

- I – Comitê Gestor Municipal, com as seguintes competências:
 - coordenar a Sala do Empreendedor, que abrigará os Comitês criados para implantação da Lei;
 - gerenciar os subcomitês técnicos que atenderão às demandas específicas decorrentes dos capítulos da Lei;
 - coordenar as parcerias necessárias ao desenvolvimento dos subcomitês técnicos que compõem a Sala do Empreendedor;
 - revisar os valores expressos em moeda nesta Lei.

Art. 3º Para as hipóteses não contempladas nesta Lei, serão aplicadas as diretrizes da Lei Complementar Federal n. 123 de 14/12/2006 e Lei Geral Estadual – SP.

Capítulo 2 – Definição de Pequeno Empresário, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Seção I – Do Pequeno Empresário

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se pequeno empresário o empresário individual nos moldes da Lei n. 10.406, de 10/01/2002 em seus artigos 970 e 1.179, caracterizado como Microempresa e com seu registro no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

§ 1º No caso de pequeno empresário, na forma da Lei Complementar Federal n. 123, de 14/12/2006, aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

§ 2º Não poderá se enquadrar como empresário individual nos moldes do *caput* do artigo 1º a pessoa natural que:

- I – possua outra atividade econômica;
- II – exerça atividades de natureza intelectual, científica, literária ou artística.

Art. 2º O empresário individual nos moldes do *caput* do artigo 1º, quando da sua inscrição municipal, deverá acrescentar ao seu nome a expressão “Microempresa” ou a abreviação “ME”.

Seção II – Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se Microempresa e Empresa de Pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário individual nos moldes do artigo 966 da Lei n. 10.406 de 10/01/2002, com seus registros no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

<p style="text-align: center;">Lei Geral Municipal Das Micro e Pequenas Empresas Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007</p>

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no *caput* desse artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2º Não se inclui no regime desta Lei a pessoa jurídica definida nos incisos I a X do parágrafo 4º do artigo 3º, da Lei Complementar Federal n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Capítulo 3 – Da Inscrição e Baixa

Art. 1º A Administração Municipal determinará a todos os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas que os procedimentos sejam simplificados de modo a evitar exigências ou trâmites redundantes, tendo por fundamento a unicidade do processo de registro e legalização de empresas.

Art. 2º Deverá a Administração Municipal, em ocorrendo a implantação de cadastros sincronizados ou banco de dados nas esferas administrativas superiores, firmar convênio no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da disponibilização do sistema, salvo disposições em contrário.

Art. 3º A Administração Municipal permitirá o funcionamento residencial de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, cujas atividades estejam de acordo com o Código de Posturas, Vigilância, Meio Ambiente e Saúde.

Art. 4º Com o objetivo de orientar os empreendedores e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor com as seguintes competências:

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

I – disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficiais;

II – emitir a Certidão de Zoneamento na área do empreendimento;

III – emitir Alvará Provisório/Digital nos casos definidos no artigo 5º;

IV – deferir ou não os pedidos de inscrição municipal em até 5 (cinco) dias úteis;

V – emitir certidões de regularidade fiscal e tributária;

VI – orientar sobre os procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento, bem como situação fiscal e tributária das empresas.

§ 1º Na hipótese de indeferimento o interessado será informado sobre os fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência legal.

§ 2º Para a consecução dos seus objetivos na implantação da Sala do Empreendedor, a Administração Municipal firmará parceria com outras instituições, para oferecer orientação sobre a abertura, o funcionamento e o encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

Art. 5º A Administração Municipal instituirá o Alvará de Funcionamento Provisório/Digital, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

§ 1º O alvará previsto no *caput* deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais, de comércio ambulante e de autônomos não estabelecidos, os quais dispõem de regras próprias conforme definido em lei.

§ 2º O pedido de “Alvará Provisório/Digital” deverá ser precedido da expedição do formulário de consulta prévia para fins de localização, emitido pela Sala do Empreendedor.

§ 3º O formulário de aprovação prévia fica disponibilizado no *site* do município ou na Sala do Empreendedor.

§ 4º As microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas nesta Lei, quando da renovação do Alvará de Funcionamento, desde que permaneçam na mesma

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

atividade empresarial (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE), no mesmo local e sem alteração societária, terão sua renovação pelo Poder Público Municipal na forma automática, bem como a dispensa do pagamento das taxas correspondentes.

§ 5º Sob qualquer hipótese do parágrafo anterior ou qualquer outro dispositivo desta Lei, não poderá haver impedimento à ação fiscalizadora do Poder Público Municipal junto às microempresas e empresas de pequeno porte, podendo este, ainda, sempre que concluir e fundamentar, revogar a qualquer tempo Alvará de Funcionamento concedido, independentemente do período ou da renovação ocorrida.

Art. 6º Os órgãos e entidades competentes definirão, em 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exigirão vistoria prévia.

§ 1º O não-cumprimento no prazo acima torna o alvará válido até a data da definição.

Art. 7º Constatada a inexistência de “habite-se”, o interessado será intimado a apresentar protocolo de processo de regularização do prédio ou do processo de pedido de “habite-se”, caso já tenha projeto aprovado.

Parágrafo único. O “habite-se” será exigível no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de qualquer dos protocolos previstos no *caput* deste artigo, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante requerimento fundamentado.

Art. 8º Serão pessoalmente responsáveis pelos danos causados à empresa, ao Município e/ou a terceiros os que dolosamente prestarem informações falsas ou sem observância das Legislações Federal, Estadual ou Municipal pertinentes, sobretudo as que definem os crimes contra a ordem tributária.

Art. 9º O Alvará Provisório será cassado se:

I – no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela cadastrada;

II – forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;

III – ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

<p style="text-align: center;">Lei Geral Municipal Das Micro e Pequenas Empresas Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007</p>

IV – verificada a falta de recolhimento das taxas de licença de localização e funcionamento.

Art. 10. As empresas ativas ou inativas que estiverem em situação irregular, na data da publicação desta Lei, terão 90 (noventa) dias para realizarem o recadastramento e nesse período poderão operar com alvará provisório, emitido pela Sala do Empreendedor.

Art. 11. As MPEs que se encontrem sem movimento há mais de três anos poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independentemente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das declarações.

Capítulo 4 – Dos Tributos e Contribuições

Art. 1º Ficam mantidos até 1º de julho de 2007 pelo Poder Público Municipal todos os benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte, formalizadas até a referida data, conforme disposição da Lei Complementar Federal n. 123/2006 e conseqüentes ajustes do Comitê Gestor Federal, sendo exigida qualquer majoração tributária somente a partir de 1º de janeiro de 2008.

Art. 2º Por força do artigo 35 da Lei Complementar Federal n. 123/2006, aplicam-se aos impostos e às contribuições devidos pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, as normas relativas aos juros, multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda.

§1º- Aplicam-se aos impostos e às contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas na Lei Complementar Federal n. 123/2006, porém não optantes do Simples Nacional, os dispositivos do Código Tributário Municipal.

Art. 3º As microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional não poderão apropriar-se nem transferir créditos ou contribuições nele previstas, bem como utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

§1º No caso dos serviços previstos no § 2º do artigo 6º da Lei Complementar Federal n. 116 de 31/07/2003, prestados por microempresas e pelas empresas de pequeno porte, o tomador do serviço deverá reter o montante correspondente na forma da legislação do município onde estiver localizado, que será abatido do valor a ser recolhido nos moldes da Lei Complementar Federal 123/2006.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrac-SP – 09/05/2007

§2º Para as hipóteses de venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte, deverá o Poder Público Municipal, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, estabelecer valores fixos mensais para o recolhimento do ISS devido por microempresa e empresa de pequeno porte enquadradas na Lei Complementar Federal n. 123/2006 e que aufera receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme disposto no § 18 e § 19, inciso II, do § 14 do artigo 18 da referida Lei Complementar Federal e atendidas as exigências definidas pelo respectivo Comitê Gestor.

Art. 4º Deverão ser aplicados os incentivos fiscais municipais de qualquer natureza às microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas na Lei Complementar Federal n. 123/2006, porém não optantes do Simples Nacional e desde que preenchidos os requisitos e condições legais estabelecidas.

Art. 5º A Sala do Empreendedor, prevista nesta Lei, deverá atribuir todas as orientações, informações e conclusões relativas a este capítulo às microempresas e empresas de pequeno porte nela enquadradas, podendo ainda, disponibilizar material para compreensão e capacitação do empreendedor.

Art. 6º É concedido parcelamento, em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais sucessivas (parcela de no mínimo R\$ 50,00), dos débitos relativos ao ISSQN e demais débitos com o município, de responsabilidade das MPEs, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2006.

Art. 7º O Poder Público Municipal recolherá, por meio de documento único de arrecadação, todas as taxas e contribuições existentes ou que venham a ser criadas.

Capítulo 5 – Do Acesso aos Mercados

Seção I – Acesso às Compras Públicas

Art. 1º Nas contratações públicas de bens e serviços do Município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando:

I – a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

II – a ampliação da eficiência das políticas públicas;

III – o fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais;

IV – apoio às iniciativas de comércio justo e solidário.

Art. 2º Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, o Município deverá:

I – instituir cadastro próprio para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de também estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras;

II – divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações, no sítio oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

III – padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar, através da Sala do Empreendedor, as microempresas e empresas de pequeno porte a fim de tomar conhecimento das especificações técnico-administrativas.

Art. 3º A Administração Municipal deverá realizar licitação presencial ou eletrônica, descrevendo o objeto da contratação de modo a não excluir a participação das microempresas e empresas de pequeno porte locais no processo licitatório.

Art. 4º As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei n. 8.666, de 1996, deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município ou na região.

Art. 5º Para habilitação em quaisquer licitações do município para fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, bastará à microempresa e à empresa de pequeno porte a apresentação dos seguintes documentos:

I – ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II – inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

Art. 6º Nas licitações públicas do município, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida somente para efeito de assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação da devida comprovação desses atos.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 7º A empresa vencedora da licitação deverá preferencialmente subcontratar serviços ou insumos de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º A exigência de que trata o *caput* deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.

§ 2º É vedada à administração pública a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

Art. 8º Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-á o seguinte:

I – o edital de licitação estabelecerá que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas nas propostas dos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

II – a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

III – demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso II, a Administração Pública Municipal deverá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada.

Art. 9º Nas licitações para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, nas hipóteses definidas em decreto, a Administração Pública Municipal deverá reservar cota de até 50% (cinquenta por cento) do objeto, para a contratação de microempresas e até 80% (oitenta por cento) para empresas de pequeno porte.

§ 1º Não havendo vencedor para a cota reservada, esta deverá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

Art. 10. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores àquelas apresentadas pelas demais empresas.

§ 2º Na modalidade de pregão o intervalo percentual estabelecido no § 1º será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 11. Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço igual ou inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o contrato em seu favor;

II – na hipótese da não-contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese dos §§ 1º e 2º do artigo 9º, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 9º, será pelo maior número de empregados pelas empresas segundo a RAIS.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no *caput*, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de Pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III do *caput*.

Art. 12. A Administração Pública Municipal deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 13. A Administração Municipal dará prioridade ao pagamento às microempresas e empresas de pequeno porte para os itens de pronta entrega.

Art. 14. Não se aplica o disposto nos artigos 1º a 12 quando:

I – os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública Municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Seção II – Estímulo ao Mercado Local

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

Art. 15. A Administração Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

Capítulo 6 – Das Relações do Trabalho

Seção I – Da Segurança e da Medicina do Trabalho

Art. 1º As microempresas serão estimuladas pelo poder público e pelos Serviços Sociais Autônomos a formar consórcios para acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

Art. 2º O Poder Público Municipal poderá formar parcerias com Sindicatos, Universidades, Hospitais, Centros de Saúde, Centros de Referência do Trabalhador, para implantar Relatório de Atendimento Médico ao Trabalhador, com o intuito de mapear os acidentes de trabalho ocorridos nas empresas de sua região, e por meio da Secretaria de Vigilância Sanitária municipal e demais parceiros promover a orientação das MPEs, em Saúde e Segurança no Trabalho, a fim de reduzir ou eliminar os acidentes.

Art. 3º O Poder Público municipal poderá formar parcerias com Sindicatos, Universidades, Associações Comerciais, para orientar as microempresas e as empresas de pequeno porte quanto à dispensa:

- I – da afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências;
- II – da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;
- III – de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;
- IV – da posse do livro intitulado “Inspeção do Trabalho”;
- V – de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Art. 4º O Poder Público Municipal independentemente do disposto no artigo anterior desta Lei também deverá orientar no sentido de que não estão dispensadas as microempresas e as empresas de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

- I – anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- II – arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;
- III – apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP;
- IV – apresentação das Relações Anuais de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

Art. 5º O Poder Público Municipal, no ato de inscrição ou pedido de alvará de funcionamento, poderá informar e orientar, no que se refere às obrigações previdenciárias e trabalhistas, o empresário com receita bruta anual no ano-calendário anterior de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) sobre a concessão, ainda, do seguinte tratamento especial, até o dia 31 de dezembro do segundo ano subsequente ao de sua formalização:

- I – faculdade de o empresário ou os sócios da sociedade empresária contribuírem para a Seguridade Social, em substituição à contribuição de que trata o *caput*, do artigo 21 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do § 2º do mesmo artigo, na redação dada por esta Lei Complementar;
- II – dispensa do pagamento das contribuições sindicais de que trata a Seção I do Capítulo III do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943;
- III – dispensa do pagamento das contribuições de interesse das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o artigo 240 da Constituição Federal, denominadas terceiros, e da contribuição social do salário-educação prevista na Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996;
- IV – dispensa do pagamento das contribuições sociais instituídas pelos artigos 1º e 2º da Lei Complementar n. 110, de 29 de junho de 2001.

Parágrafo único. Os benefícios referidos neste artigo somente poderão ser usufruídos por até 3 (três) anos-calendário.

Seção II – Do Acesso à Justiça do Trabalho

<p style="text-align: center;">Lei Geral Municipal Das Micro e Pequenas Empresas Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007</p>

Art. 6º É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário.

Capítulo 7 – Da Fiscalização Orientadora

Art. 1º A fiscalização municipal nos aspectos, tributário, de uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança relativos às microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 1º Nos moldes do *caput* do artigo 1º, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, exceto quando constatada infração por falta de registro de empregado ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º Nas visitas de fiscais poderão ser lavrados, se necessários, termos de ajustamento de conduta.

Capítulo 8 – Do Associativismo

Art. 1º A Administração Pública Municipal estimulará a organização de empreendedores fomentando o associativismo, o cooperativismo e consórcios, em busca da competitividade e contribuindo para o desenvolvimento local integrado e sustentável.

§ 1º O associativismo, o cooperativismo e o consórcio referidos no *caput* deste artigo destinar-se-ão ao aumento de competitividade e a sua inserção em novos mercados internos e externos, por meio de ganhos de escala, redução de custos, gestão estratégica, maior capacitação, acesso ao crédito e a novas tecnologias.

§ 2º É considerada sociedade cooperativa, para efeitos dessa lei, aquela devidamente registrada nos órgãos públicos e entidades previstas na legislação federal.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

Art. 2º A Administração Pública Municipal deverá identificar a vocação econômica do Município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas a ela, por meio de associações e cooperativas.

Art. 3º O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município através do(a):

I – estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II – estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III – estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV – criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

V – apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

VI – cessão de bens e imóveis do município;

VII – isenção do pagamento de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana, sob a condição de que cumpram as exigências legais da legislação tributária do Município.

Art. 4º A Administração Pública Municipal poderá firmar convênios operacionais com cooperativas de crédito, legalmente constituídas, para a prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos, soldos e outros proventos dos servidores públicos municipais, ativos e inativos, e dos pensionistas da administração direta e indireta, por opção destes.

Art. 5º A Administração Pública Municipal poderá aportar recursos complementares em igual valor aos recursos financeiros do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao

<p style="text-align: center;">Lei Geral Municipal Das Micro e Pequenas Empresas Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007</p>

Trabalhador – Codefat, disponibilizados através da criação de programa específico para as cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados participem microempreendedores, empreendedores de microempresa e empresa de pequeno porte, bem como suas empresas.

Capítulo 9 – Do Estímulo ao Crédito e à Capitalização

Art. 1º A Administração Pública Municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das empresas de micro e pequeno porte, reservará em seu orçamento anual percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou a União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 2º A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições, tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Osci, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou da região.

Art. 3º A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do Município ou da região.

Art. 4º A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no Município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, público e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 5º A Administração Pública Municipal fica autorizada a criar Comitê Estratégico de Orientação ao Crédito, coordenado pelo Poder Executivo do Município, e constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro, de capitais e/ou de cooperativas de crédito, com o objetivo de sistematizar as informações relacionadas a crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às microempresas e empresas de pequeno porte do Município, por meio da Sala do Empreendedor.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

§ 1º Por meio desse Comitê, a administração pública municipal disponibilizará as informações necessárias ao Micro e Pequeno Empresário localizados no município a fim de obter linhas de crédito menos onerosas e com menos burocracia.

§ 2º Também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício.

§ 3º A participação no Comitê não será remunerada.

Art. 6º A Administração Pública Municipal poderá criar ou participar de fundos destinados à constituição de garantias, que poderão ser utilizadas em operações de empréstimos bancários solicitados por empreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidos no Município, junto aos estabelecimentos bancários ou cooperativas de crédito, para capital de giro, investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas.

Art. 7º Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado, através de sua Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Sert, aqui atuando como Órgão gestor do Fundo de Investimentos de Crédito Popular de São Paulo – Banco do Povo Paulista, destinado à concessão de créditos a microempreendimentos do setor formal ou informal instalados no Município, para capital de giro e investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas, nos termos do estabelecido na Lei n. 9533, de 30 de abril de 1997, e no Decreto n. 43283, de 3 de julho de 1998.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar TERMO DE ADESÃO AO BANCO DA TERRA (ou seu sucedâneo), com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando à instituição do Núcleo Municipal Banco da Terra no Município (conforme definido por meio da Lei Complementar n. 93, de 4/2/1996, e Decreto Federal n. 3.475, de 19/5/2000), para a criação do projeto BANCO da TERRA, cujos recursos serão destinados à concessão de créditos a microempreendimentos do setor rural no âmbito de programas de reordenação fundiária.

Capítulo 10 – Do Estímulo à Inovação

Seção I – Disposições Gerais

Art. 1º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I – **inovação**: a concepção de um novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado;

II – **agência de fomento**: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

III – **Instituição Científica e Tecnológica – ICT**: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;

IV – **núcleo de inovação tecnológica**: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação;

V – **instituição de apoio**: instituições criadas sob o amparo da Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;

VI – **incubadora de empresas**: mecanismo que estimula a criação e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica ou de setores tradicionais da economia, por meio da formação complementar do empreendedor em seus aspectos técnicos e gerenciais e que, além disso, facilita e agiliza o processo de inovação tecnológica nas empresas incubadas, contando com espaço físico para alojar temporariamente micro e pequenas empresas industriais ou de prestação de serviços, e oferecendo a esses empreendimentos serviços, facilidades e meios de interação com instituições de ensino e pesquisa.¹

¹ Definição do Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas – PNI.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

VII – **parque tecnológico**: organização gerida por especialistas cujo principal objetivo é aumentar a riqueza da comunidade, através da cultura da inovação e da competitividade das empresas e instituições que lhe estão associadas².

VIII – **condomínio empresarial**: edificação ou conjunto de edificações destinados a atividade industrial ou de prestação de serviços ou comercial, na forma da lei.

Seção II – Do Apoio à Inovação

Subseção I – Da Gestão da Inovação

Art. 2º O Poder Público Municipal poderá criar a Comissão Permanente de Tecnologia e Inovação³ do Município, com a finalidade de promover a discussão de assuntos relativos à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico de interesse do Município, o acompanhamento dos programas de tecnologia do Município e a proposição de ações na área de Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse do Município e vinculadas ao apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte.

§ 1.º A comissão referida no *caput* deste artigo será constituída por representantes, titular e suplentes, de instituições científicas e tecnológicas, centros de pesquisa tecnológica, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, agências de fomento e instituições de apoio, associações de microempresas e empresas de pequeno porte e de Secretaria Municipal que a Prefeitura Municipal vier a indicar.

² Definição da International Association of Science Parks (IASP).

³ Sobre a formação de comitês para assuntos de Ciência e Tecnologia, vide a experiência da cidade do Rio de Janeiro (O Decreto nº 1357 de 15 de junho de 2004) e também as referências contidas em URL: http://www.rio.rj.gov.br/seduct/projetos_comite_cien_tecnol.htm.

Sobre atividades de outro órgão dessa natureza, vide a experiência de Londrina em URL: <http://www.fisica.uel.br/c&t/25propostas.pdf>

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

Subseção II – Do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica

Art. 3º O Poder Público Municipal poderá instituir, o Fundo Municipal de Inovação Tecnológica da Micro e Pequena Empresa⁴ – FMIT-MPE, com o objetivo de fomentar a inovação tecnológica no Município e de incentivar as microempresas e empresas de pequeno porte nele instaladas a realizar investimentos em projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação.

§ 1.º Os recursos que compõem o FMIT-MPE serão utilizados no financiamento de projetos que contribuam para criar, expandir e consolidar órgãos ou instituições de natureza pública ou privada que tenham entre seus objetivos estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação para elevar o nível de competitividade das empresas inscritas no Município, por meio da inovação tecnológica de processos e produtos.

§ 2.º Não será permitida a utilização dos recursos do FMIT-MPE para custear despesas correntes de responsabilidade da Prefeitura Municipal , ou de qualquer outra instituição, exceto quando previstas em projetos ou programas de trabalho de duração previamente estabelecida.

§ 3.º Constituem receita do FMIT- MPE:

- I – dotações consignáveis no orçamento geral do Município;
- II – recursos dos encargos cobrados das empresas beneficiárias do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Município;
- III – recursos decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos ou instituições de natureza pública, inclusive agências de fomento;
- IV – convênios, contratos e doações realizados por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
- V – doações, auxílios, subvenções e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do país ou do exterior;
- VI – retorno de operações de crédito, encargos e amortizações, concedidos com recursos do FMIT;

⁴ Sobre fundos de tecnologia, vide referências sobre a experiência de Porto Alegre em URL: <http://www.abes.org.br/templ3.aspx?id=254&sub=72>

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

VII – recursos de empréstimos realizados com destinação para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;

VIII – recursos oriundos de heranças não reclamadas;

IX – rendimentos de aplicação financeira dos seus recursos;

X – outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

Art. 4º A regulamentação das condições de acesso aos recursos do FMIT e as normas que regerão a sua operação, inclusive a unidade responsável por sua gestão, serão definidas em ato do Poder Executivo Municipal, a ser encaminhada até 60 (sessenta) dias úteis após a sua instalação.

Art. 5º O FMIT poderá conceder recursos financeiros através das seguintes modalidades de apoio:

a) bolsas de estudo para estudantes graduados;

b) bolsas de iniciação técnico-científica, para alunos do 2º Grau e universitários;

c) auxílios para elaboração de teses, monografias e dissertações, para graduandos e pós-graduandos;

d) auxílio à pesquisa e estudos, para pessoas físicas e jurídicas;

e) auxílio à realização de eventos técnicos, encontros, seminários, feiras, exposição e cursos organizados por instituições e entidades, desde que vinculados ao estímulo e à promoção do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

f) auxílio para obras e instalações-projetos de aparelhamento de laboratório e construção de infra-estrutura técnico-científica, de propriedade do Município.

Art. 6º Somente poderão ser apoiados com recursos do FMIT os projetos que apresentem mérito técnico compatível com sua finalidade, natureza e expressão econômica.

Art. 7º Sempre que se fizer necessária, a avaliação do mérito técnico dos projetos, bem como da capacitação profissional dos proponentes, será procedida por pessoas de comprovada experiência no respectivo campo de atuação.

Art. 8º Os recursos do FMIT serão concedidos às pessoas físicas e/ou jurídicas que submeterem ao Município projetos portadores de mérito técnico, de interesse para o

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

desenvolvimento da Municipalidade, mediante contratos ou convênios, nos quais estarão fixados os objetivos do projeto, o cronograma físico-financeiro, as condições de prestação de contas, as responsabilidades das partes e as penalidades contratuais, obedecidas as prioridades que vierem a ser estabelecidas pela Política Municipal de Ciência e Tecnologia.

Art. 9º A concessão de recursos do FMIT poderá se dar das seguintes formas:

- a) apoio financeiro reembolsável;
- b) apoio financeiro não-reembolsável;
- c) financiamento de risco;
- d) participação societária.

Art. 10. Os beneficiários de recursos previstos nesta Lei farão constar o apoio recebido do FMIT quando da divulgação dos projetos e atividades e de seus respectivos resultados.

Art. 11. Os recursos arrecadados pelo Município, gerados por aplicação do FMIT, a qualquer título, serão integralmente revertidos em favor deste fundo.

Art. 12. Somente poderão receber recursos aqueles proponentes que estejam em situação regular perante o Município, aí incluídos o pagamento de impostos devidos e a prestação de contas relativas a projetos de ciência e tecnologia, já provados e executados com recursos do Poder Executivo Municipal.

Art. 13. O Poder Público Municipal indicará Secretaria Municipal que será responsável pelo acompanhamento das atividades que vierem a ser desenvolvidas no âmbito do FMIT, zelando pela eficiência e economicidade no emprego dos recursos e fiscalizando o cumprimento de acordos que venham a ser celebrados.

Subseção III – Da Suplementação pelo Município de Projetos de Fomento à Inovação

Art. 14. O Poder Público Municipal divulgará anualmente a parcela de seu orçamento anual que destinará à suplementação e ampliação do alcance de projetos governamentais⁵ de fomento à inovação e à capacitação tecnológica que beneficiem microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no Município.

⁵ Sobre programas de apoio à tecnologia, ver URL: <http://www.sociesc.org.br/progex/>

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

§ 1.º Os recursos referidos no *caput* deste artigo poderão: suplementar ou substituir contrapartida das empresas atendidas pelos respectivos projetos; cobrir gastos com divulgação e orientação destinadas a empreendimentos que possam receber os benefícios dos projetos; servir como contrapartida de convênios com entidades de apoio a microempresas e empresas de pequeno porte, em ações de divulgação dos projetos, atendimento técnico e disseminação de conhecimento.

§ 2.º O Poder Público Municipal criará, por si ou em conjunto com entidade designada pelo Poder Público Municipal, serviço de esclarecimento e orientação sobre a operacionalização dos projetos referidos no *caput* deste artigo, visando ao enquadramento neles de microempresas e empresas de pequeno porte e à adoção correta dos procedimentos para tal necessários.

§ 3.º O serviço referido no *caput* deste artigo compreende: a divulgação de editais e outros instrumentos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação de microempresas e empresas de pequeno porte; a orientação sobre o conteúdo dos instrumentos, as exigências neles contidas e respectivas formas de atendê-las; apoio no preenchimento de documentos e elaboração de projetos; recebimento de editais e encaminhamento deles a entidades representativas de micro e pequenos negócios; promoção de seminários sobre modalidades de apoio tecnológico, suas características e forma de operacionalização.

Subseção IV – Dos Incentivos fiscais à Inovação

Art. 16. Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover desoneração de de tributos municipais municipais, sob a forma de crédito fiscal, das atividades de inovação executadas por microempresas e empresas de pequeno porte, individualmente ou de forma compartilhada.

§ 1.º A desoneração referida no *caput* deste artigo terá a forma de crédito fiscal cujo valor será equivalente ao despendido com atividades de inovação, limitado ao valor máximo de 50% (cinquenta por cento) dos tributos municipais devidos.

§ 2.º Poderão ser depreciados na forma de legislação vigente os valores relativos a dispêndios incorridos com instalações fixas e aquisição de aparelhos, máquinas e equipamentos destinados à utilização em programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, metrologia, normalização técnica e avaliação de conformidade, aplicáveis a

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

produtos, processos, sistemas e pessoal, procedimentos de autorização de registros, licenças, homologações e suas formas correlatas, bem como relativos a procedimentos de proteção de propriedade intelectual, podendo o saldo não depreciado ser excluído na determinação do lucro real, no período de apuração em que for concluída a sua utilização.

§ 3.º As medidas de desoneração fiscal previstas neste artigo poderão ser usufruídas desde que:

I – o contribuinte notifique previamente o Poder Público Municipal de sua intenção de se valer delas;

II – o beneficiado mantenha a todo o tempo registro contábil organizado das atividades incentivadas.

§ 4.º Para fins da desoneração referida neste artigo, os dispêndios com atividades de inovação deverão ser contabilizados em contas individualizadas por programa realizado.

Subseção V – Do Ambiente de Apoio à Inovação

Art. 17. O Poder Público Municipal manterá programa de desenvolvimento empresarial, podendo instituir incubadoras⁶ de empresas, com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte de vários setores de atividade.

§ 1.º A Prefeitura Municipal será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no *caput* deste artigo, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

§ 2.º As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade as despesas com aluguel, manutenção do prédio, fornecimento de água e demais despesas de infra-estrutura.

⁶ Sobre incubadoras de empresas e programas de incentivo às empresas nelas instaladas, vide a Lei 2.214, de 13/03/2003, de Santa Fé do Sul. Prefeito: Itamar Borges; e Lei 3.272/97, de 29/10/1997. Prefeita: Maria Neli Mussa Toniolo.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

§ 3.º A Prefeitura Municipal manterá, por si ou com entidade gestora que designar, e por meio de pessoal de seus quadros ou mediante convênios, órgão destinado à prestação de assessoria e avaliação técnica a microempresas e a empresas de pequeno porte.

§ 4.º O prazo máximo de permanência no programa é de dois anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a dois anos mediante avaliação técnica. Findo este prazo, as empresas participantes se transferirão para área de seu domínio ou que vier a ser destinada pelo Poder Público Municipal a ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do Município.

Art. 18. O Poder Público Municipal poderá criar minidistritos⁷ industriais, em local a ser estabelecido por lei complementar, que também indicará os requisitos para instalação das indústrias, condições para alienação dos lotes a serem ocupados, valor, forma e reajuste das contraprestações, obrigações geradas pela aprovação dos projetos de instalação, critérios de ocupação e demais condições de operação.

§ 1º As indústrias que se instalarem nos minidistritos do Município terão direito a isenção por dois anos do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), assim como das taxas de licença para a execução de obras pelo mesmo prazo.

§ 2º As indústrias que se instalarem nos minidistritos do Município serão beneficiadas pela execução no todo ou em parte de serviços de terraplenagem e infra-estrutura do terreno, que constarão de edital a ser publicado pela Secretaria Municipal de Planejamento autorizando o início das obras e estabelecendo as respectivas condições.

Art. 19. Os incentivos para a constituição de condomínios empresariais e empresas de base tecnológica estabelecidas individualmente, bem como para as empresas estabelecidas em incubadoras, constituem-se de:

I – isenção de Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) pelo prazo de 15 (quinze) anos incidentes sobre a construção ou acréscimo realizados no imóvel, inclusive quando se tratar de imóveis locados, desde que esteja previsto no contrato de locação que o recolhimento do referido imposto é ônus do locatário;

II – isenção da Taxa de Licença para Estabelecimento;

⁷ Sobre minidistritos industriais, ver a Lei n. 4468, de 28/12/1988, de São José do Rio Preto. Prefeito: Manoel Antunes.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

III – isenção de Taxas de Licença para Execução de Obras, Taxa de Vistoria Parcial ou Final de Obras, incidentes sobre a construção ou acréscimos realizados no imóvel objeto do empreendimento;

IV – redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre o valor da mão-de-obra contratada para execução das obras de construção, acréscimos ou reforma realizados no imóvel para 2% (dois por cento);

V – isenção da Taxa de Vigilância Sanitária por 15 (quinze) anos para empresas que exerçam atividades sujeitas ao seu pagamento.

§ 1º Entende-se por empresa incubada aquela estabelecida fisicamente em incubadora de empresas com constituição jurídica e fiscal própria.

Art. 20. O Poder Público Municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos⁸, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno situada no Município para essa finalidade.

§ 1.º Para consecução dos objetivos de que trata o presente artigo, a Prefeitura Municipal celebrará os instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou municipal, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

§ 2.º Para receber os benefícios referidos no *caput* deste artigo, o Parque Tecnológico deverá atender aos seguintes critérios, observada a legislação pertinente:

I – ter personalidade jurídica própria e objeto social específico compatível com as finalidades previstas no parágrafo 1.º;

II – possuir modelo de gestão compatível com a realização de seus objetivos, o qual deverá prever órgão técnico que zele pelo cumprimento do objeto social do Parque Tecnológico;

⁸ Sobre parques tecnológicos, referências sobre a experiência bem-sucedida de São Carlos podem ser encontradas no site da ParqTec – Fundação Parque de Alta Tecnologia São Carlos (URL: <http://www.parqtec.com.br/>). Informações sobre o Parque Científico e Tecnológico de Campinas podem ser encontradas no endereço URL: <http://www.inova.rei.unicamp.br/tmp/parque/parque/>

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

III – apresentar projeto urbanístico-imobiliário para a instalação de empresas inovadoras ou intensivas em conhecimento, instituições de pesquisa e prestadoras de serviços ou de suporte à inovação tecnológica;

IV – apresentar projeto de planejamento que defina e avalie o perfil das atividades do Parque, de acordo com as competências científicas e tecnológicas das entidades locais e as vocações econômicas regionais;

V – demonstrar a viabilidade econômica e financeira do empreendimento, incluindo, se necessário, projetos associados, complementares em relação às atividades principais do Parque;

VI – demonstrar que dispõe, para desenvolver suas atividades, de recursos próprios ou oriundos de instituições de fomento, instituições financeiras e/ou outras instituições de apoio às atividades empresariais.

§ 3.º O Poder Público Municipal indicará Secretaria Municipal a quem competirá:

I – zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações que facilitem sua ação conjunta e a avaliação de suas atividades e funcionamento;

II – fiscalizar o cumprimento de acordos que venham ser celebrados com o Poder Público.

Capítulo 11 – Do Acesso à Justiça

Art. 1º O Município poderá realizar parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONGs, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às empresas de pequeno porte e microempresas o acesso à justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º. Fica autorizado o Município a celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

§ 1º Serão reconhecidos de pleno direito os acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia.

§ 2º O estímulo a que se refere o *caput* deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e aos honorários cobrados.

§ 3º Com base no *caput* deste artigo, o Município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB, Universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, como um serviço gratuito.

Capítulo 12 – Da Agropecuária e dos Pequenos Produtores Rurais

Art. 1º O Poder Público Municipal poderá promover parcerias com órgãos governamentais, entidades de pesquisa rural e de assistência técnica a produtores rurais desde que seguidos os preceitos legais, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade de produtos rurais mediante aplicação de conhecimento técnico na atividade de pequenos produtores rurais.

§ 1.º Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte sindicatos rurais, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implementação de projetos mediante geração e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos a pequenos produtores rurais; contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento; e outras atividades rurais de interesse comum.

§ 2.º Somente poderão receber os benefícios das ações referidas no *caput* deste artigo pequenos produtores rurais que, em conjunto ou isoladamente, tiverem seus respectivos planos de melhoria aprovados por Comissão formada por três membros, representantes de segmentos da área rural, indicados pelo Poder Público Municipal, os quais não terão remuneração e cuja composição será rotativa.

§ 3.º Estão compreendidas no âmbito deste artigo atividades de conversão de sistema de produção convencional para sistema de produção orgânico, entendido como tal aquele no

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

qual se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, com o objetivo de promover a auto-sustentação, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não-renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, assim como de organismos geneticamente modificados ou de radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo.

§ 4.º Competirá à Secretaria que for indicada pelo Poder Público Municipal disciplinar e coordenar as ações necessárias à consecução dos objetivos das parcerias referidas neste artigo, atendidos os dispositivos legais pertinentes.

Capítulo 13 – Da Educação Empreendedora e do Acesso à Informação

Art. 1º – Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos que tenham por objetivo valorizar o papel do empreendedor, disseminar a cultura empreendedora e despertar vocações empresariais⁹.

⁹ Sobre educação empreendedora, vide a experiência de São José dos Campos (URL: <http://www.sjc.sp.gov.br/sme/cedemp.htm>), e também URL: <http://www.aprendebrasil.com.br/reportagens/educacaoempreendedorismo/saojose.asp>.

Outras referências sobre educação empreendedora na mesma cidade podem ser obtidas em URL: http://www.sebrae.com.br/pspe/mn_sub_e_saopaulo.asp.

Informações sobre programa de São Luís-MA podem ser encontradas em URL: <http://www.saoluis.ma.gov.br/conteudo.aspx?idConteudo=1935>.

Sobre programa de educação empreendedora no ensino fundamental, vide URL: <http://empreendedor.com.br/?pid=28&cid=2944>

Alguns exemplos de iniciativas de educação empreendedora:

- - criação de oficinas de empreendedorismo e formação de instrutores;
- - realização em escolas de feira sobre empreendedorismo, na qual se apresentam cenários de negócios vinculados às vocações locais, e onde se buscam patrocinadores para as melhores idéias;
- - instalação de espaço físico, totem ou recurso semelhante com informações sobre negócios, comportamento empreendedor e jogos, destinados a professores, alunos e à comunidade;
- - criação de espaço físico para fornecimento de apoio técnico e infra-estrutura a projetos criados por alunos;

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

§ 1.º - Estão compreendidos no âmbito do caput deste artigo:

I – ações de caráter curricular ou extra-curricular, situadas na esfera do sistema de educação formal e voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas ou a alunos de nível médio ou superior de ensino;

II – ações educativas que se realizem fora do sistema de educação formal.

§ 2.º Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação; concessão de bolsas de estudo; complementação de ensino básico público e particular¹⁰; ações de capacitação de professores; outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora¹¹.

§ 3.º Na escolha do objeto das parcerias referidas neste artigo terão prioridade projetos que:

- sejam profissionalizantes;
- beneficiem portadores de necessidades especiais, idosos ou jovens carentes;
- estejam orientados para identificação e promoção de ações compatíveis com as necessidades, potencialidades e vocações do município.

-
- - criação de programas de capacitação de professores em educação empreendedora, com metodologia que compreende aspectos vivenciais e ensino à distância / oferecimento, em conjunto com instituições de ensino locais, de cursos de extensão e especialização para professores;
 - - desenvolvimento de conteúdos sobre empreendedorismo para incorporação a disciplinas curriculares;
 - - criação de olimpíada ou congresso para apresentação de boas práticas pedagógicas de fomento ao empreendedorismo;
 - - criação de site dirigido à comunidade sobre assuntos de educação empreendedora;
 - - participação no Programa Jovem Empreendedor (programa do Ministério do Trabalho e Emprego para capacitação de estudantes de ensino fundamental ou médio entre 16 e 24 anos, que recebem financiamento de bancos oficiais para desenvolver atividades autônomas ou se dedicar a pequenos negócios, sob acompanhamento.
 - - criação de núcleos acadêmicos voltados para o empreendedorismo.

¹⁰ Sobre a presença do empreendedorismo na educação infantil, ver o artigo de Artur Guimarães, “Empreendedorismo na escola: que negócio é esse?”. URL: http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0186/aberto/mt_95278.shtml

¹¹ O assunto do empreendedorismo pode integrar projetos abrangentes que incluam também temas como nutrição, educação sanitária e ambiental, saúde bucal, higiene e alimentação, educação política, cidadania etc.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

Art. 2º Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover parcerias com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com o objetivo de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional e capacitação no emprego de técnicas de produção.

§ 1.º Compreendem-se no âmbito deste artigo a concessão de bolsas de iniciação científica, a oferta de cursos de qualificação profissional, a complementação de ensino básico público e particular e ações de capacitação de professores.

Art. 3º Fica o Poder Público Municipal autorizado a implantar programa para fornecimento de sinal de Internet em banda larga via cabo, rádio ou outra forma, inclusive wireless¹² (Wi-Fi); para pessoas físicas, jurídicas e órgãos governamentais do Município.

§ 1.º Caberá ao Poder Público Municipal estabelecer prioridades no que diz respeito a fornecimento do sinal de Internet, valor e condições de contraprestação pecuniária, vedações à comercialização e cessão do sinal a terceiros, condições de fornecimento, assim como critérios e procedimentos para liberação e interrupção do sinal.

Art. 4º O Poder Público Municipal poderá instituir programa de inclusão digital¹³, com o objetivo de promover o acesso de micro e pequenas empresas do Município às novas tecnologias da informação e comunicação, em especial à Internet.

Parágrafo único. Compreendem-se no âmbito do programa referido no *caput* deste artigo: a abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito e livre à Internet; o fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação; a produção de conteúdo digital e não-digital para capacitação e informação das empresas atendidas; a divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da

¹² Sobre acesso público à Internet, ver a Lei n. 1.738/2005, da Prefeitura Municipal de Sabino. Prefeito: Gilmar José Siviero. Sobre a experiência da cidade de Sud Menucci-SP, ver URL: <http://www.sudmennucci.sp.gov.br/wifi/index.php>.

Cabe ainda referir a experiência de Porto Alegre (RS) no fornecimento de sinal via rede elétrica: URL: http://www.meiobit.com/internet_via_rede_el_eacute_trica_eacute_testada_em_porto_alegre

¹³ Sobre inclusão digital, ver experiências com Telecentros da Prefeitura de São Paulo (URL: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria/coordenadorias/inclusao_digital). Ver também, sobre o programa estadual Acesso São Paulo, URL: <http://www.acessasp.sp.gov.br/html/>

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

Internet; a promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores e de novas tecnologias; o fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação; a produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

Art. 5º Fica autorizado o Poder Público Municipal a firmar convênios com dirigentes de unidades acadêmicas para o apoio ao desenvolvimento de associações civis, sem fins lucrativos¹⁴, que reúnam individualmente as condições seguintes:

- I – ser constituída e gerida por estudantes;
- II – ter como objetivo principal propiciar a seus partícipes condições de aplicar conhecimentos teóricos adquiridos durante seu curso;
- III – ter entre seus objetivos estatutários o de oferecer serviços a microempresas e a empresas de pequeno porte;
- IV – ter em seu estatuto discriminação das atribuições, responsabilidades e obrigações dos partícipes;
- V – operar sob supervisão de professores e profissionais especializados

Capítulo 14 – Da Responsabilidade Social

Art. 1º As empresas instaladas no município poderão usufruir de incentivos fiscais e tributários definidos em lei, quando comprometerem-se formalmente com a implementação de pelo menos 5 (cinco) das seguintes medidas:

¹⁴ São exemplos de entidades compreendidas no âmbito deste artigo as empresas juniores, não estando excluídos outros formatos de associações civis que atendam aos requisitos indicados.

Sobre empresas juniores, ver URL: http://uaua.ufba.br/brasiljr/vertical/terceiro_setor.php.

Sobre a empresa júnior do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), ver URL: <http://www.ita.br/online/2003/noticias03/itajr/itajr.htm>.

Sobre empresas juniores da Unesp, ver URL: <http://www.unesp.br/proex/junior/>

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

I – preferência em compras e contratação de serviços com microempresas e empresas de pequeno porte fornecedoras locais;

II – contratação preferencial de moradores locais como empregado;

III – reserva de um percentual de vagas para portadores de deficiência física;

IV – reserva de um percentual de vagas para maiores de 50 (cinquenta) anos;

V – disposição seletiva do lixo produzido para doação dos itens comercializáveis a cooperativas do setor ou a entidades assistenciais do Município;

VI – manutenção de praça pública e restauração de edifícios e espaços públicos de importância histórica e econômica do Município;

VII – adoção de atleta morador do Município;

VIII – oferecimento de estágios remunerados para estudantes universitários ou de escolas técnicas locais na proporção de um estagiário para cada 30 (trinta) empregados;

IX – decoração de ambientes da empresa com obras de artistas e artesãos do Município;

X – exposição em ambientes sociais da empresa de produtos típicos do Município de importância para a economia local;

XI – curso de educação empreendedora para empregados operacionais e administrativos;

XII – curso básico de informática para empregados operacionais e administrativos;

XIII – manutenção de microcomputador conectado à Internet para pesquisas e consultas de funcionários em seus horários de folga, na proporção de um equipamento para cada 30 (trinta) funcionários;

XIV – oferecimento uma vez por mês aos funcionários, em horário a ser convenientemente estabelecido pela empresa, de espetáculos artísticos (teatro, música, dança,...) encenados por artistas locais;

XV – premiação de associações de bairro que promovam mutirões ambientais contra o desperdício de água, pela promoção da reciclagem e pela coleta seletiva;

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

XVI – proteção dos recursos hídricos e ampliação dos serviço de tratamento e coleta de esgoto;

XVII – apoio a profissionais da empresa “palestrantes voluntários” nas escolas do município;

XVIII – participação formal em ações de proteção ao meio ambiente, inclusive programas de crédito de carbono;

XIX – apoio ou participação em projetos e programas de comércio justo e solidário;

XX – ações de preservação/conservação da qualidade ambiental (Programa Selo Verde).

§ 1º As medidas relacionadas nos parágrafos anteriores deverão estar plenamente implementadas no prazo de 1(um) ano após início das operações da empresa no município.

§ 2º O teor de qualquer das medidas anteriormente relacionadas só poderá ser alterado por solicitação expressa da empresa e concordância documentada da Prefeitura Municipal.

Art. 2º O monitoramento da adoção de políticas públicas referidas neste capítulo será de atribuição do Comitê Gestor ou por instância por ele delegada.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

ENTIDADES E PARTICIPANTES DO GRUPO DE TRABALHO - LEI GERAL MUNICIPAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS PRODUTORAS INDEPENDENTES DE TELEVISÃO – ABPITV	Luiz Alberto Carregosa Cesar
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PD&E DAS EMPRESAS INOVADORAS – ANPEI	Celso Antônio Barbosa
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS – APM	Flávio Baptista
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS – APM	Samir Maurício de Andrade
BANCO DO BRASIL	José Hilário Vicola
BANCO NOSSA CAIXA S.A.	José Mendo Vaz
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL	Edler Gama Lins
CASA DO CONTABILISTA DE RIBEIRÃO PRETO	Márcio Minoru Garcia Takeuchi
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO – CRC	Domingos Orestes Chiomento
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO – CRC	Edeson Figueiredo Castanho
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO – CRC	Valdir C. Costa
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO – CRC	Wanderley Antonio Laporta
COOPERATIVA DE EC. E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO – SICOOB COOPERAC	Eduardo Pastore
COOPERATIVA DE EC. E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO – SICOOB COOPERAC	Renato Tavares da Silva
COOPERATIVA DE EC. E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO – SICOOB COOPERAC	Renato Tavares da Silva
FACES DO BRASIL	Márcia Campos
FACES DO BRASIL	Emiliano Graziano
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS – FEBRABAN	Ademiro Vian
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS – FEBRABAN	Cláudio Aparecido Neves
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FACESP	Jaerson José Alves Cavalcante
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FACESP	Olezio Solé
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP	Augusto Carvalho Neto
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP	Donizete Duarte da Silva
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP	Fausto Guilherme Longo
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP	Fernando Trincado Simon
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP	Flávio Vital
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP	Marcelo Mesquita
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP	Maria Giovanna Mastrocola
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP	Rodrigo Bressa
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP	Orlando Toledo
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP	Valdau J. Tonon
FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - FECOMÉRCIO	Ana Paula Locoselli
FRENTE PARLAMENTAR DAS MPES – ALESP	Eduardo Lima
FRENTE PARLAMENTAR DAS MPES – ALESP	Lamir Vaz de Lima
FUNDAÇÃO PARQUE DE ALTA TECNOLOGIA DE SÃO CARLOS –	Sylvio Goulart Jr.

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

PARQTEC	
FUNDAÇÃO PARQUE DE ALTA TECNOLOGIA DE SÃO CARLOS – PARQTEC	William Zanon
FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM	Carlos Correia
FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM	Isabete Gabriel
FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM	Jandira Barbosa Vasques
INSTITUTO DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO SA.A – CODEAGRO	Gislaine Caresia
INSTITUTO DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO SA.A – CODEAGRO	Luiza Assis Fleming
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT	Vicente Nelson Giovanni Mazarella
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL - IBRACON	Marco Aurélio Fuchida
INSTITUTO LEGISLATIVO PAULISTA	Norival Pantano
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB-SP	Anis Kfour Jr.
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB-SP	Fabrizio de Carvalho Serafini
ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – OCESP	José Henrique da Silva Gualhardo
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA – SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO	Marco Antônio Beda
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA – SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO	Nilza Tavoroni
PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES	Edna Rodrigues de Queiroz Feo
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS – SECRETARIA DE DES. SUSTENTÁVEL	Valter Luiz Dal Bello
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL	Élio Miler
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – AG. DE DESENVOLVIMENTO	Amélia Queiroz
SEBRAE-NA	André Spínola
SEBRAE-NA	Bruno Quick
SEBRAE-RS	Alessandro V. Machado
SEBRAE-AM	Maria do Socorro Correa da Silva
SEBRAE-PR	Cirineu do Nascimento Rodrigues
SEBRAE-RJ	Andréia Vasques Crocamo
SEBRAE-SP	Andréa de Araújo Dias
SEBRAE-SP	Benedito Roberto Zurita
SEBRAE-SP	Célia Prendes
SEBRAE-SP	Dulci Rezende
SEBRAE-SP	José Alberto Cunha
SEBRAE-SP	José Luís Neves
SEBRAE-SP	José Sávio J. Henrique
SEBRAE-SP	Júlio C. Durante
SEBRAE-SP	Marcio Giusti
SEBRAE-SP	Marco Aurélio Bedê
SEBRAE-SP	Maurício Mezalira
SEBRAE-SP	Renato de Almeida Silva
SEBRAE-SP	Silvério Crestana – Coordenador
SEBRAE-SP	Waldir Catanzaro
SEBRAE-SP	Cláudio R. Vallin
SEBRAE-SP	Francisco Ordonez Tonci

Lei Geral Municipal
Das Micro e Pequenas Empresas
 Revisão 5 – Sebrae-SP – 09/05/2007

SEBRAE-SP – SUPERINTENDENTE	Ricardo Tortorella
SEBRAE-SP E.R. BAIXADA SANTISTA	Silvana Pompermayer
SEBRAE-SP E.R. ITAPEVA	Marimar Guidosch
SEBRAE-SP E.R. MARÍLIA	Pedro Rocha
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Renato Pei An Chan
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Mauro Ricardo Machado Costa
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Tomás Bruginski de Paula
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Flávio Musa de Freitas Guimarães
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Larissa de Mello Siqueira Ferreira
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Sérgio Robles Reis de Queiroz
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	Convidado
SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DE TRABALHO – SERT	Carlos Leony Fonseca da Cunha
SECRETARIA ESTADUAL DE GESTÃO PÚBLICA	José Alexandre Pereira de Araújo
SECRETARIA ESTADUAL DE GESTÃO PÚBLICA	Mário Manuel Seabra Rodrigues Bandeira
SESCON-SP	José Constantino de Bastos Jr.
SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO – SINDCONT	Elcio Valente
SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS	Arnaldo Gonçalves
UNESP	Lorisa Lacerda de Almeida
UNESP	Roseli Aparecida da Silva Bortoloto
UNIÃO DOS VEREADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO – UVESP	Ariovaldo Rachid
UNICAMP	Pedro Emerson de Carvalho
USP	Guilherme Ary Plonski
USP	Sônia Maria Vanzella Castellar
PREFEITOS EMPREENDEDORES que analisaram a proposta	Valderez Vegiato Moya; Emanuel Fernandes; Valter Luiz Martins